



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **REORGANIZAÇÃO CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Gregório Durlo Grisa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

[www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br)

O presente artigo é fruto de um conjunto de estudos feitos com o objetivo de trabalhar em formações docentes acerca da educação das relações étnico-raciais com professores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Por essa razão, há detalhes salientados que se dirigem ao público alvo e citações vinculadas ao trabalho pedagógico do ensino profissionalizante, entretanto, isso não compromete o texto que trata, em linhas gerais, da problemática debatida.

Introduzo essa reflexão dizendo que ela não tem a pretensão de abarcar toda a complexidade legal e pedagógica do tema aqui proposto, muito menos de representar uma aula de “como fazer” ou “que caminho seguir”. Na educação, já não há mais espaço para receitas metodológicas e para fórmulas didáticas que não raramente são apresentadas como mágicas. O tema ou problema de que vamos tratar é antes de tudo político e cultural, e esses dois prismas perpassam a educação escolar, a gestão educacional e o currículo das instituições, redes e sistemas de ensino.

Quero também salientar, de antemão, que esse assunto é dotado de características bastante particulares, afinal, tratar das relações étnico-raciais nos espaços educativos é mergulhar em polêmicas, em casos de constrangimentos, em posturas problemáticas, em situações de invisibilidade e silenciamento tidas como naturais, enfim, é entrar em um mundo desconhecido. E inclusive, é por não o conhecermos tão bem, que esse tema tem todas essas peculiaridades.

O racismo é o sentimento social pior resolvido da nossa nação, porque perpassa todas as classes sociais, todos os segmentos religiosos e, por ser um mecanismo de várias faces, apresenta-se, por vezes, diluído e, assim sendo, naturalizado e legitimado ou de forma concreta, materializa-se na violência e na negação de direitos. Ao mesmo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

tempo em que devemos aplicar as diretrizes gerais para promoção da igualdade racial através do estudo e ensino da cultura afro-brasileira, o que por si só já é um desafio imenso, temos a missão de desnaturalizar práticas, condutas e pensamentos racistas e preconceituosos que existem nas escolas e universidades, ou seja, desnudar o que está dado e se repete cotidianamente e que pouco notamos ou sobre o que pouco pensamos.

Porque as pessoas negras compõem a maioria dos analfabetos, têm os menores índices de escolaridade, são as que mais evadem dos espaços escolares, são maioria na população carcerária e ocupam os postos de trabalho menos valorizados no Brasil? Essa pergunta não tem uma resposta única e deve ser feita com regularidade pelos profissionais da educação. Há vários estudos contemporâneos que comprovam que existem mecanismos intra-escolares de discriminação que acabam por “encaminhar” as crianças e os jovens negros para fora da escola no Brasil.

Os professores e gestores são racistas? Os alunos brancos são racistas? Não sejamos generalistas. A sociedade brasileira é racista, se erigiu sob a égide da negação da diferença e nós todos vivemos nessa sociedade. Müller (2008, ps. 21 e 27), em um artigo intitulado “Desigualdades raciais na educação e a Lei 10.639/03”, afirma o seguinte:

A resistência em “ver” situações preconceituosas e discriminatórias quase que faz parte do ethos do professor brasileiro, assim como da percepção da maioria da nossa população. (...). O racismo, que produz as desigualdades em todas as situações de vida, nutre-se do silêncio, da acomodação. Recuperar a contribuição histórica da população negra para a construção da sociedade brasileira, discutir nossa herança africana, não só contribuirão para reforçar a autoestima e a identidade de nossos alunos, como irá prepará-los para enfrentar as inevitáveis dificuldades no mercado de trabalho.

Por essa razão posso dizer que sinto certa insensibilidade ou resistência sobre essa temática nas escolas e redes de ensino, tratar disso é extremamente complicado, muito pelas razões descritas acima. E essa postura influencia diretamente nos currículos, isto é, quanto menos debatida e problematizada a questão das relações étnico-raciais, menos ela fará parte dos currículos, embora seja uma obrigação legal. E como se sabe, as instituições e os sistemas de ensino têm autonomia para criar e desenvolver, a seu modo, metodologias, cursos, práticas interdisciplinares que abordem esse tema.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Não há outra maneira de desenvolver as diretrizes curriculares da educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana previstas no parecer 003/2004 do CNE (Conselho Nacional de Educação) sem que haja um estudo sistemático do tema, uma formação continuada dos docentes e, principalmente, um debate frequente de como proceder nessa tarefa. Como já disse, o racismo é naturalizado e o caminho inverso, ou seja, naturalizar o respeito sincero à diferença, é muito longo, pois é investir contra séculos de história e remar versus um processo nocivo que até hoje coloca o sujeito negro em um papel subalterno.

O racismo, de tanto ser cultivado, virou cultura, foi reproduzido, angariou um valor social, naturalizou-se e perpassa toda a sociedade. Como cultivar agora, no nosso tempo, outra dinâmica, a do respeito às diferenças étnico-raciais? Como desenvolver um currículo que não siga legitimando o racismo, que não pré-determine o lugar profissional do cidadão e da cidadã negra?

Esses são alguns desafios colocados para os profissionais da educação, mas mais um forte empecilho é encontrado ao travar essa luta. Essa tarefa não se trata de um simples embate entre nossa boa vontade política e o racismo que se apresenta no nosso meio. O racismo se revitaliza constantemente, moderniza-se, toma outras formas e, conforme a estrutura social, modifica-se e se adapta. Com isso, quero dizer que vamos continuar por muito tempo com a necessidade de compreender e de perceber o racismo no formato que ele se mostra em um dado momento histórico para que possamos combatê-lo.

Esse assunto tem se mostrado um dos mais áridos para se trabalhar com os professores em geral pelo fato de que o arcabouço de conhecimento que temos sobre o patrimônio histórico e cultural de matriz africana é muito pequeno, e isso, além de limitar a prática, também desacomoda, o que nem sempre é bem aceito. Quando pensamos em cultura afro-brasileira, remetemo-nos imediatamente ao samba, ao carnaval, à capoeira, ao futebol ou às religiões advindas da África como umbanda, macumba, candomblé e outras.

Aqui temos o primeiro limitador, corremos o risco de oferecer como cultura afro-brasileira somente uma parcela dela, em muito confundimos cultura com arte. É



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

claro que mencionei acima o que está no imaginário popular sobre o que é cultura afro-brasileira, e que um professor de história sabe da estrutura econômica e política dos quilombos, das resistências escravas e do papel do negro no desenvolvimento da agricultura, pecuária, mineração, metalurgia, irrigação e da arquitetura do Brasil. Os professores de literatura sabem da importância dos escritores negros no império e na república, assim como os sociólogos sabem o que o movimento negro representa como força social e política, e os matemáticos sabem do pioneirismo egípcio na geometria e nos cálculos em geral.

O problema é que essas dimensões que transcendem o viés da arte estão alocadas em disciplinas específicas e, o que é pior, não se transformam em conteúdo e, quando isso acontece, são relegadas a temas secundários. Os negros no Brasil crescem sem se conhecerem, sem se apoderarem da sua história e de seus antepassados, sem acessarem informações que fazem parte da construção do ser que ele é hoje e da identidade do seu grupo social. A população afro-brasileira é privada disso porque não frequenta a escola? Não, pelo contrário, é ainda hoje na escola que lhe é negado o direito de se reconhecerem na cultura nacional. Os que estão fora da escola e das universidades sofrem uma dupla negação de direitos, são privados do letramento e da valorização dos saberes do seu povo.

O princípio da igualdade deve ser o norteador de toda prática pedagógica, porém a igualdade prevê semelhanças e diferenças e nunca a inferiorização. Infelizmente, essa inferiorização ocorreu e ocorre sistematicamente na educação brasileira, enquanto o sujeito branco sempre ocupou os papéis de destaque na sociedade, o negro além de não disputar esse espaço, foi estigmatizado por séculos. Não há equidade em uma relação como essa, portanto está nítida a necessidade de reescrever a história, levando em conta a perspectiva da participação da população negra na formação da nação brasileira.

Para que isso ocorra, é fundamental o processo de positivação da imagem e identidade da população negra, é difícil equilibrar relações que foram e são tão díspares, para quem sempre foi inferiorizado, nada mais justo do que agora ser afirmado ou positivado. Daí a noção de ações afirmativas que, entre tantos formatos, têm um exemplo na legislação que obriga o ensino da cultura e história afro-brasileira através da lei 10.639/03 e do parecer já citado. A lei, além de procurar garantir o direito da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

população afro-brasileira de se ver representada na educação do seu país, também tem o intuito de afirmar essa população, isto é, desenvolver a cultura de valorização dos conhecimentos, saberes, legados e crenças de matriz africana, apresentar agora, de maneira positiva, o que sempre foi visto de modo pejorativo, invisibilizado ou visibilizado de forma não afirmativa.

O Parecer 3/2004 do CNE que embasa a Lei 10.639/03 define ações afirmativas: “conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória”. Apesar de ser genérica a definição, deixa claro que, para afirmar, há de se promover medidas diferenciadas de reconhecimento e valorização da cultura e dos valores da população negra.

Afirmar não se resume a ter no currículo o conteúdo exigido pela legislação, vai além disso, é, no mínimo, combinar práticas no campo do conhecimento e das relações pedagógicas com práticas nas atitudes institucionais e pessoais e nas condutas que também devem mudar. É mais confortável excluirmos ou não nos relacionarmos com o diferente, essa postura nos deixa em terra firme, daí nossa dificuldade. A diversidade deve ser ensinada, mas principalmente vivida, e ela não se refere só a diferenças étnico-raciais, mas também sociais, culturais, religiosas e políticas.

O currículo da educação brasileira como um todo, assim como o da maioria das sociedades pós-coloniais, é profundamente eurocêntrico, isto é, tem os conhecimentos, valores, princípios e legados dos colonizadores como único saber legítimo. Essa característica da nossa educação marca um desserviço ao ensino da diversidade pelo fato de que não se dedicou espaço para contribuições de outras culturas como a indígena e a africana. Valorizar a Europa, estudá-la através de seus autores, como se ali estivesse o centro do universo, foi e é a tônica da educação brasileira da escolarização básica até o ensino superior. Orientado por Bourdieu (2001), poderia dizer que esse é um *habitus* pedagógico brasileiro, mudá-lo é o objetivo.

A questão é mais complexa do que a simples inserção de um novo componente curricular. Precisamos saber em que tudo isso implica. No caso particular das escolas técnicas, onde são priorizadas as formações profissionais, as estratégias para convencer docentes e discentes a lidar com



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

conteúdos que estão muito mais relacionados à formação cidadã do que à profissionalização precisam ser eficazes, a ponto de explicar os vínculos entre qualificação e socialização. (INOCÊNCIO, 2008, p. 71).

Essa fala mostra como é grande o desafio aqui proposto, a dinâmica de uma escola técnica tem características curriculares que dificultam o trabalho dessa temática, pois as disciplinas ditas humanas e históricas aparecem menos e, portanto, outros espaços pedagógicos terão de ser criados e os conteúdos não de ser revisitados para que as relações étnico-raciais perpassem seus cronogramas e debates.

Além de buscar espaços para incrementar o debate racial na vida pedagógica das instituições, é importante que alguns equívocos pontuais que permeiam o imaginário coletivo sejam corrigidos. São eles:

- como se referir ou mencionar quando os alunos são negros? Ser negro não se restringe a particularidades físicas é, sobretudo, uma decisão política de pertencimento racial. Ser negro deve ser um orgulho e algo positivo, portanto, devemos superar o pudor de tratamento nesse sentido, o movimento negro há anos ressignificou o termo dando-lhe outro sentido político.
- os negros são racistas também e se discriminam entre si. Esse argumento pena quando conhecemos o processo ideológico de branqueamento pelo qual passou a formação da nação brasileira. O que pode ocorrer é termos uma forte influência dessa ideologia em pessoas negras que tendem a reproduzir o preconceito que sofreram por anos e ainda sofrem.
- o debate sobre racismo e preconceito se restringe à população negra e a alguns estudiosos. Enquanto pensarmos assim, seguiremos reforçando o pensamento racista e a naturalização deste. O racismo, o mito da democracia racial e a ideologia de branqueamento atingem todo o povo, toda a vida social e política do país e não somente os afro-brasileiros.
- o mito mais potente que deve ser revisado é o da meritocracia, esse argumento é bastante usado no debate sobre cotas nas universidades, as trajetórias pessoais contemplam uma diversidade infinita de limitações e privilégios, no entanto, o ponto de chegada ao se fazer uma prova, uma seleção, um trabalho exige um arcabouço teórico e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

prático muito específico e reconhece saberes e valores eurocêntricos e hegemônicos. As avaliações que balizam o que chamamos de mérito estão contaminadas pela profunda desigualdade social e racial existente.

Destaco esses pontos por serem, apesar de polêmicos, de fácil debate. Configuram-se como mitos e equívocos que devemos ver superados o quanto antes para que se possam criar pedagogias de combate ao racismo e à discriminação. Sem pensar sobre esses tópicos, continuaremos andando em círculo, pois o grande problema dessa temática é que, quando pouco ou nada se estuda, ficamos reféns da nossa visão de mundo marcada, invariavelmente, por valores preconceituosos e pelos mitos citados acima. Ao dizer isso, não estou afirmando que somos preconceituosos individualmente, como se isso fosse uma marca genética, mas sim, que a sociedade é discriminatória e desigual e nós vivemos nela, portanto, é uma marca cultural que, diferentemente do DNA, pode ser mudada.

Aproveito esse paralelo feito entre marca genética e marca cultural para lembrar, e que fique sempre claro, o porquê do uso do termo raça, tanto na legislação, como na produção acadêmica. Raça, nesse debate, não se refere a nenhum atributo biológico, é unanimidade no mundo científico mundial que não existem raças diferentes entre os seres humanos, com a descoberta do código genético, mostrou-se uma mesma matriz na raça humana.

O conceito de raça que trabalhamos na temática da educação étnico-racial e que consta na legislação, remete-se a uma “construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes, simuladas como harmoniosas” (Parecer 003/2004), isto é, trata-se da dimensão social e cultural do termo. Principalmente, a partir dos anos setenta, o movimento negro ressignificou o termo ‘raça’ como fez com a expressão ‘negro’, e o usa para valorizar, em sentido político e histórico, o legado deixado pelo povo advindo da África e para dar caráter positivo à identidade afro-brasileira e africana tão inferiorizada durante séculos.

Por essa razão é que afirmamos que o preconceito e a discriminação, no Brasil, além de social, têm caráter racial e, por ser assim, seguimos utilizando essa terminologia.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A despeito do que afirma a ciência – sobre a inexistência de raças humanas –, é a partir da crença na existência de raças (cada uma delas com seus atributos) que muitos organizam sua relação com o outro. Neste caso, o fundamento encontra-se na memória da escravidão e na constatação diária da condição subalterna em que se encontra grande parte dos indivíduos de pele escura. (COELHO E CABRAL, 2010, p. 25).

Há muitos críticos da utilização do termo raça como ferramenta política de valorização, argumentam que isso pode fortalecer o racismo ou mesmo soar como uma tentativa separatista. Não sou partidário dessa opinião, acredito que não será o fato de deixar de usar o termo raça que representará o fim do racismo no Brasil e nem vai auxiliar para que isso ocorra, pelo contrário, seria mais uma medida de ocultamento do debate sobre o racismo e de silenciamento do movimento negro e suas demandas.

Algo análogo ocorre com o mito da democracia racial, já ocorre certo desgaste do discurso que procura desmascará-lo, no entanto, ele é fundamental e deve se manter como uma constante. O racismo e suas práticas, materializadas de várias formas, não se desintegram somente com oposições teóricas, constatações ou com o cumprimento da lei, mas sim, com atitudes concretas e permanentes que, dentro e fora da escola, desencorajem qualquer ação, fala ou pensamento preconceituoso.

É comum, na nossa região, presenciarmos, na nossa família, entre amigos, com os colegas de trabalho e com os alunos brincadeiras de cunho racista, na maioria dos casos, essa prática é bastante naturalizada, ou seja, encarada como normal pelos pares, ou por ser “brincadeira” ou por ser “cultural”. Nem todos compactuam com tais brincadeiras ou se eximem de intervir quando elas ocorrem em espaços educativos, mas é interessante observar o relato da professora Marin (2010, p.71) que pesquisou professores de escolas públicas de Belém/ PA.

O preconceito transvertido de brincadeira revela uma atitude de quem impõe o conteúdo, forma, tom e marcas em relação ao outro, vítima de uma atitude negativa. Nas escolas, essa atitude é ignorada pelos professores, para quem a noção de “brincadeira” contribui para diminuir a responsabilidade de agir em cada situação, facilita a banalização, desvia a atenção sobre as implicações éticas de sua intervenção e, portanto, permite a despolitização da atitude.

O fenômeno das brincadeiras pode se transformar em ferramenta pedagógica para o professor em todos os níveis de ensino, dinâmicas discriminatórias só se repetem



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

com frequência ainda hoje porque foram reproduzidas e naturalizadas por longo tempo e em vários espaços. A escola é, sem dúvida, o espaço institucional da sociedade mais responsável por reverter a ideia de que brincadeiras racistas são inocentes, por rever a ideia de que o passado de escravidão é o único legado histórico das populações afro-brasileiras, por reler a noção de que, por sermos mestiços, vivemos em um país que é democrático social e racialmente.

Como professores e como gestores, é importante que tenhamos clareza de que os problemas de preconceito e discriminação no Brasil não são, como pensado durante muito tempo, somente de ordem moral. Esse é um tema essencialmente pedagógico e é na educação que ele deve ser tratado. A discriminação é muito mais evidente para quem a sofre do que para quem a pratica, portanto, a sensibilidade do educador para perceber esses fenômenos é fundamental, é urgente que se avance nesse sentido, o racismo não é mais assunto de família e extracurricular, mas sim, de Estado e por obrigação legal é assunto educacional.

Para que as instituições educacionais transformem as relações étnico-raciais em tema presente nas ações didático-pedagógicas, é necessário incluí-lo no currículo que precisa ser repensado. O currículo orienta todo o trabalho da instituição. É evidente que alguns professores terão maior facilidade para tratar do assunto pela disciplina que ministram ou pelo compromisso político que têm ou venham a assumir. Organizar ações interdisciplinares que debatam as relações étnico-raciais pode auxiliar nessa reformulação curricular, é inegável que isso dará trabalho e exigirá tempo, mas é fundamental que os professores pensem em que espaço de suas aulas e de seus conteúdos eles podem incluir esse tema.

Segundo a pesquisadora Costa (2008, p. 77):

É impossível pensar qualquer transformação nas relações sócio-raciais sem passar pelo currículo escolar e, no caso em pauta, pelo currículo da educação profissional e tecnológica, posto que, o *trabalho* constitui um campo em que as relações se encontram permeadas pelas mesmas ideologias raciais que sustentam as práticas racistas de eleger a cor da pele das pessoas como critério de discriminação e de exclusão dos sujeitos nas relações cotidianas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Por esse ser um pré-requisito para criarmos e desenvolvermos práticas pedagógicas e por ser necessário constituir uma massa crítica no magistério sobre o tema é que não há fórmulas prontas nem receitas didáticas para a implantação das diretrizes curriculares da educação das relações étnico-raciais. Cada região do país, cada instituição, cada grupo docente deve produzir os meios para a aplicação da legislação, salvaguardando a superação dos mitos já discutidos aqui.

Sem esse trabalho de estudo e de busca por experiências exitosas, corre-se o risco de cair no improviso e, ao invés de salientarmos a contribuição real da população negra na formação histórica do Brasil, ainda reproduzimos valores que deslegitimam o conhecimento e a cultura dessa parcela da população. O improviso sobre esse tema também é negativo no momento que expõe o educador, pois se sabe que a formação dos professores acerca das relações étnico-raciais está se desenvolvendo nas universidades e em cursos como estes, de modo incipiente. Essa é outra razão para que os coletivos se municiem de informação e se organizem com rigorosidade para ofertar uma discussão sólida aos alunos.

Ações afirmativas como a lei 10.639/03, como reserva de vagas nas universidades são medidas que revigoram as instituições de ensino, pois elas se veem obrigadas a se repensar, mexem no interior das relações de poder, exigem dos sujeitos um posicionamento e fazem com que busquem argumentos para sustentar o que pensam. “É isto que faz uma instituição de ensino e pesquisa de caráter democrático: coloca em discussão sua prática” (Rocha 2010, p. 62).

O racismo não vai se desintegrar tão cedo, provavelmente, não viveremos esse tempo histórico, mas podemos viver o tempo em que o preconceito passou a ser problematizado e iniciou seu fim. O racismo tem três dimensões básicas: a intelectual, a moral e a estética, ele pode ser institucional ou ganhar força em grupos sociais específicos e ainda perpassa a formação do imaginário de toda a população.

Teoricamente, é interessante diferenciarmos preconceito de discriminação racial, segundo Carolina Bori<sup>1</sup>, “preconceito é um evento privado, ligado à dimensão psicológica da pessoa (...) reside no âmbito da subjetividade. Se acumula em todos os

---

<sup>1</sup> Palestra intitulada “A dimensão psicológica do preconceito”, proferida em 2004. NUPES-USP.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

contatos sociais desde a primeira infância”. Portanto, o preconceito tem um profundo caráter simbólico e raízes muito fortes na formação das personalidades.

Por discriminação racial entendo aquele evento que nega a um sujeito ou grupo social algum direito elementar material ou subjetivo, fenômeno praticado por alguém ou grupo. Ofensas e ações que se materializam na sociedade, violências, provocação de constrangimentos são discriminações embasadas pelo sentimento e pensamento do preconceito descrito acima. A dimensão psicológica e individual é entendida como preconceito e o viés prático, a discriminação em si, já o racismo engloba todos esses aspectos. Todo emaranhado subjetivo e objetivo, assim como histórico e social, configura-se no racismo à moda brasileira.

Esse cenário mostra que o desafio pedagógico é enorme, para se modificar uma situação que notadamente é cultural e estrutural não há outro modo a não ser mexer nas estruturas, tanto psicológicas como institucionais e curriculares. É interessante fazermos algumas perguntas como: se fôssemos realmente uma nação racialmente democrática, já que nos definimos, por vezes, como uma sociedade harmoniosa do ponto de vista étnico-racial, por sermos mestiços, por que é necessária uma lei que obrigue as escolas a trabalhar o ensino da história e cultura afro-brasileira? Por que esse debate já não é feito normalmente nas instituições de ensino e não faz parte do currículo? Se respeitamos todas as culturas, por que nossas crianças crescem com medo das religiões de matriz africana, estigmatizadas pelo currículo eurocêntrico e pelo senso comum?

Essas indagações desnudam o mito da democracia racial, direcionam nosso olhar para as profundas disparidades do meio educacional quando se trata de ensinar a diferença. Não ensinamos a diferença, porque apesar de, por vezes, conviver, não conhecemos os diferentes. Há avanços significativos nos últimos anos no que se refere à formação docente nessa área e há investimentos do governo federal, essas ações positivas são fruto de uma tensa luta política, travada no seio da gestão, que não tem uma visão homogênea sobre a importância de desenvolver a educação das relações étnico-raciais.

Entretanto, essa nova situação encontra as escolas, os educadores e as educadoras no Brasil em uma situação de insegurança e desconhecimento diante do trato pedagógico da diversidade étnico-racial. Há, na educação escolar, um imaginário pedagógico que tende a considerar que a questão



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

racial é uma tarefa restrita aos professores e professoras que assumem publicamente uma postura política diante da mesma ou um assunto de interesse somente dos professores(as) negros(as). A implementação da lei 10.639/03 também encontra os cursos de formação de professores em nível superior com pouco acúmulo sobre a temática racial e, muitas vezes, é permeada pela resistência a sua própria inserção nos currículos de Pedagogia e Licenciaturas. (GOMES, 2007, P. 104).

A identidade é um processo construído social e constantemente que transcende a cor da pele, em uma escola em que um aluno negro não se vê nos conteúdos, nos padrões estéticos, no currículo, é impossível que ele desenvolva uma identidade positiva. Como já afirmamos, ser negro não se restringe à aparência física, é também um ato político e, se a instituição de ensino não oferecer subsídios e visibilidade para que tal pertencimento seja afirmado, ela está negando a possibilidade do pleno florescer da identidade.

A legislação e algumas experiências estão dando os primeiros passos para que se mude essa situação. De uma diáspora que ofereceu a inferiorização ao povo negro, que forjou sua identidade em ambiente social hostil à sua história e cultura, temos de caminhar para um cenário em que a valorização dos costumes, saberes e valores dos afro-brasileiros seja trabalhada nas escolas e universidades para que essa população tenha afirmado seu modo de ser e agir. Não devemos somente abrir uma brecha no currículo e anexar um apêndice que trate da educação das relações étnico-raciais, mas sim, fazer com que o currículo perpassasse todos os conteúdos e disciplinas com o intuito de produzir práticas pedagógicas que desconstruam as narrativas raciais hegemônicas. É preciso oferecer um arcabouço simbólico da diversidade significativo para as crianças e jovens.

Estar racista não é meramente uma questão de inteligência ou instrução, mas de influência e cultura, de ser ou estar em um meio que naturaliza o racismo. Nelson Mandela teria dito que “ninguém nasce odiando o outro pela cor dos seus olhos ou pela cor da sua pele, para isso é preciso aprender, da mesma forma, pode-se aprender a amar”. Em se tratando de aprender, que lugar mais apropriado para trabalhar a diferença que a escola? E que profissional mais preparado para ensinar que não o professor que tanto tem influência sobre os alunos?



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

### Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 322 p.

BRASIL, Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003 BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004. 21 p.

COELHO Wilma Baía, CABRAL Rebeca Pereira. Relações sociais no “Paraíso Racial”: considerações iniciais sobre um mito. IN: COELHO, Wilma de Nazaré Baía. COELHO, Mauro Cezar, organizadores. **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. 128 p.

COSTA, Candida Soares. As Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Currículo da Educação Profissional e Tecnológica. IN: NUNES, Antônia Elisabeth da Silva Souza, OLIVEIRA, Elias Vieira, organizadores. **Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino da História da Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SETEC, 2008. 182 p.

GOMES, Nilma Lino. **Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 294 p.

\_\_\_\_\_. Organizadora. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 136 p.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002. 232 p.

\_\_\_\_\_. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 1999. 240 p.

INOCÊNCIO, Nelson Olokofá. Breve leitura sobre a implementação da Lei 10.639/03 no contexto dos CEFETs. IN: NUNES, Antônia Elisabeth da Silva Souza, OLIVEIRA, Elias Vieira, organizadores. **Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino da História da Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SETEC, 2008. 182 p.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Ensinar, praticar a diferença e ética: experiências de professores e alunos em escolas públicas de Belém. IN: COELHO, Wilma de Nazaré Baía. COELHO, Mauro Cezar, organizadores. **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. 128 p.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Desigualdades raciais na educação e a Lei 10.639/03. In: NUNES, Antônia Elisabeth da Silva Souza, OLIVEIRA, Elias Vieira, organizadores. **Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações étnico-raciais e o Ensino da História da Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SETEC, 2008. 182 p.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**, in: Roberto Leher e Mariana Setúbal (orgs.): **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 327 p.